

## CARTA DE APOIO À ANEAC CONTRA A APROVAÇÃO DA PEC 61

A proposta de emenda à constituição (PEC) 61 de 2015 em tramitação tem como objetivo que os recursos do Orçamento Geral da União (OGU) sejam alocados diretamente no Fundo de Participação dos Estados, do distrito Federal e dos Municípios, independente de celebração de convênio ou instrumento congêneres.

As principais justificativas à aprovação da PEC são aprimorar e desburocratizar a execução das emendas parlamentares e sanar as dificuldades fiscais que vem sendo enfrentadas há vários anos.

Essa desburocratização evitaria que os entes precisassem apresentar projetos para análise e fiscalização por parte da Controladoria Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Em nosso entendimento, embora o processo da forma que está hoje precise continuar a ser aperfeiçoado, os benefícios que ele oferece são infinitamente maiores do que os dificultadores que eventualmente possa trazer.

Com a possibilidade de atuar de forma muito próxima aos tomadores, a CAIXA oferece genuína assistência para que Estados e Prefeituras viabilizem seus empreendimentos. A sua capilaridade e diversidade de atuação é notória. A atuação dos seus engenheiros e arquitetos, além de comprovada capacitação técnica, se caracteriza também pela conduta ética, o que torna esse corpo técnico exemplo de Engenharia de Estado.

Essa atuação da Engenharia e Arquitetura da Caixa é reconhecida pelo TCU como extremamente salutar à boa gestão das obras públicas.

Um dos benefícios oferecidos pela CAIXA é o de proteção aos administradores públicos, uma vez que ao assumir uma prefeitura ou um governo estadual, mormente os dotados de estruturas menores, não detém, em regra, o conhecimento adequado das necessidades dos entes que acabam de assumir e dos projetos em andamento, da mesma forma que suas equipes e, dessa forma poderão se valer do conhecimento e da consultoria do corpo técnico da Caixa.

Essa proteção pode servir e de fato serve para evitar que os administradores sejam responsabilizados em função de sobrepreço em obras seja em função de vícios construtivos, obras inacabadas e sem recursos para conclusão.

Não que na sistemática atual não ocorra esses problemas, mas antes da adoção dessa forma de repasse os problemas eram maiores, conforme aponta relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) em seu Relatório Anual de Atividades edição de 2015, que demonstra a involução das irregularidades detectadas.


## CARTA DE APOIO À ANEAC CONTRA A APROVAÇÃO DA PEC 61

E de acordo com o próprio TCU *“uma obra paralisada gera muito mais prejuízo do que apenas aquele representado pelos recursos até então inutilmente nela empregados”* – (AC-0699-09/14-P).

De forma que os recursos que a PEC pretende economizar com a desburocratização do processo de repasse e as dificuldades fiscais entre a Caixa e o Tesouro Nacional podem vir a ser insignificantes frente ao valor das obras que tendem a ficar paralisadas.

Nesse sentido, a Audicaixa – Associação Nacional dos Auditores Internos da CAIXA, vem, solidarizar-se aos profissionais da área de engenharia da CAIXA, contra a aprovação da PEC 61.

Brasília, 08 de março de 2017



Luciane Korman Munhós  
Presidente - Audicaixa